



**Juliana da Silva Melo Estudo sobre o conhecimento dos pais acerca do
Cyberbullying**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense, realizada sob a orientação científica do Doutor Carlos Fernandes, Professor Catedrático do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro.

o júri

Presidente

Prof. Doutora Sandra Cristina de Oliveira Soares
professora auxiliar, Universidade de Aveiro

Vogal - Arguente Principal: Doutora Catarina Pires da Rosa
bolseira de pós-doutoramento, Universidade de Aveiro

Vogal- Orientador: Professor Doutor Carlos Fernandes da Silva
professor catedrático, Universidade de Aveiro

Agradecimentos

Agradeço a todos que estiveram presentes e que me acompanharam neste processo.

Obrigada!

Palavras-chave

Bullying, cyberbullying, conhecimento, internet, pais, filhos, sistema educativo, prevenção, escola, família

Resumo

O presente trabalho é um estudo no Concelho de Aveiro sobre o Cyberbullying do ponto de vista dos pais. Este fenómeno que atinge maioritariamente adolescentes deverá ser analisado para se apostar fortemente na prevenção e na redução de comportamentos de risco através da internet.

Para a realização da presente investigação foi constituída uma amostra de 105 pais (pai e mãe) de crianças e jovens entre os 6 e os 16 anos de idade pertencentes a várias escolas de Aveiro. Através da administração de questionários aos pais, foi possível analisar diversas variáveis que poderão estar mais ou menos relacionadas com o conhecimento dos mesmos sobre o cyberbullying e, por sua vez, com os seus comportamentos de supervisão perante os filhos enquanto estes acedem à internet.

Os resultados mais significativos revelaram que a maioria dos educandos nas idades mencionadas acede à internet, sendo que o dispositivo tecnológico mais utilizado é o computador (fixo/portátil). Por sua vez os conteúdos a que mais acedem são as redes sociais. A diferença entre sexos influencia o tipo de recursos tecnológicos a que acedem, assim como a utilização que fazem deles. Conclui-se que nos rapazes há uma maior predisposição para acederem a mais dispositivos e, com isto, experimentam mais modalidades eletrónicas, resultado que também vai ao encontro de algumas pesquisas realizadas anteriormente na área. Outro resultado interessante sugere que os encarregados de educação têm conhecimento sobre o cyberbullying e que manifestam comportamentos de supervisão (definem horários na utilização da internet e dialogam com os filhos). Além disso consideram que se deve apostar na prevenção, sobretudo na dinamização de atividades nas aulas.

Keywords

Bullying, Cyberbullying, knowledge, internet, parents, children, educational system, prevention, school, family

Abstract

The present investigation is a study in Aveiro City on Cyberbullying from the point of view of parents. This phenomenon that affects teenagers, should be analyzed to best prevent and reduce the risk behaviors over the internet.

This research was made on a group of 105 parents (father and mother) of children with ages between 6 and 16 years, belonging to several schools of Aveiro. Applying questionnaires to parents we could analyze several variables that may be more or less related to their knowledge on cyberbullying, and with their behavior supervision while their children were in the Internet.

The most significant results revealed that the majority of students with mentioned ages access the Internet, and the most of them used the computer technology device (fixed/mobile). On the other hand the most accessed contents are social networks. The difference between the genders influences the type of technological resources they access, as well as the use they make of them. It is concluded that in boys there is a greater predisposition to gain access to more devices and with that experience more electronic forms, a result that also is similar with some research previously conducted in the area. Another interesting result suggest that parents are aware of cyberbullying and supervision manifest behaviors (define schedules in the use of internet and dialogue with the children). Also consider it necessary to invest in prevention, particularly in stimulating activities in class.

Índice

Introdução	1
<i>Bullying e Cyberbullying</i>	1
<i>Características do Cyberbullying</i>	2
<i>Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação e o envolvimento dos agentes educativos</i>	6
<i>Prevenção do Cyberbullying</i>	11
Método	12
<i>Participantes</i>	12
<i>Instrumentos</i>	14
<i>Procedimentos</i>	14
<i>Análise dos Dados</i>	15
Resultados	15
Discussão.....	21
ANEXO I	29
ANEXO II	31

Lista de Tabelas e Figuras

Tabela 1 – Sexo dos Pais/Encarregados de Educação	12
Tabela 2 – Estado Civil dos Pais/Encarregados de Educação	13
Tabela 3 – Habilitações Literárias dos Pais/Encarregados de Educação.....	13
Tabela 4 – Classes etárias dos pais e encarregados de educação.....	13
Tabela 5 – Ciclos de estudo frequentados pelos filhos.....	14
Tabela 6 – Utilizadores de Internet	16
Tabela 7 – Dispositivo Tecnológico Utilizado	16
Figura 1 – Diferença na utilização dos dispositivos entre sexos	17
Tabela 8 – Pais conhecem os conteúdos a que os educandos acedem?	18
Tabela 9 – Tem conhecimento sobre cyberbullying?	18
Tabela 10 – Pais definem horários para utilizar Internet?	19
Tabela 11 – Os pais alguma vez dialogaram com os filhos sobre Cyberbullying?	20
Tabela 12 – Possibilidade de prevenção avaliada pelos Pais.....	20
Figura 2 – Sugestões para prevenção do cyberbullying.....	21

Introdução

Bullying e Cyberbullying

A internet faz parte de todos aqueles que estão ligados à sociedade da informação. O ciberespaço, ao possuir diversas funcionalidades, coloca à disposição dos utilizadores, um vasto leque de conteúdos que se encontram à distância de um clique (Cruz, 2011). É neste contexto que surge o cyberbullying, caracterizado como um dos tipos de violência em contexto educativo, apresentando-se como uma das principais causas do mal-estar vivido pelos seus protagonistas.

A violência no contexto educativo é uma das principais causas do mal-estar vivido por diversos dos seus atores, surgindo como um dos problemas atuais da educação contemporânea. Conforme nos conferem Francisco e Libório (2009), "a escola, multifacetada, vem presenciando situações de violência que estão a assumir proporções assustadoras na nossa sociedade". Esse mal-estar é vivenciado nas relações entre alunos, professores e demais profissionais da educação, dificultando, assim, o processo de ensino-aprendizagem, bem como o desenvolvimento social e afetivo das pessoas envolvidas. A Organização Mundial de Saúde (2002), por sua vez, aponta a questão da violência como um problema de saúde pública, a nível mundial, indicando a violência juvenil com um dos aspectos mais alarmantes nos últimos anos.

O bullying, palavra de origem inglesa, é caracterizado como um comportamento consciente, intencional, deliberado, hostil e sistemático, de uma ou mais pessoas, cuja intenção é ferir os outros. Tal fenómeno começou a ser investigado a partir dos estudos realizados por Dan Olweus, na Universidade de Bergen - Noruega, iniciados no fim da década de 1970. Olweus foi o pioneiro nas investigações sistemáticas sobre a problemática, tendo publicado os seus resultados na obra "Aggression in the Schools: Bullies and Whipping Boys" (1978).

A diferença principal entre o bullying e o cyberbullying reside fundamentalmente nos limites espaciais. Ao passo que o bullying é perpetrado dentro e em redor do espaço escolar, o cyberbullying não tem delimitação espacial, por isso é comum a vítima ter a sensação de estar sempre a ser observada e controlada (Ventura, 2011).

Como uma nova forma de expressão do bullying, o cyberbullying é caracterizado por Slonje e Smith (2008) como uma manifestação de agressão ou assédio moral, ocorre por meio de recursos tecnológicos modernos, especificamente, telemóveis ou pela internet. De acordo com Silva e Mascarenhas (2010, p. 51) em contraste com outras formas de bullying, o cyberbullying, apoiado nas tecnologias da informação, transcende as fronteiras do tempo (na medida em que a ofensa se pode manter infinitamente presente no espaço virtual), mas também as fronteiras do espaço pessoal e físico.

Características do Cyberbullying

No contexto do cyberbullying e dos vários riscos associados à Internet e demais dispositivos de comunicação electrónica, devemos ter em conta que, acima de tudo, as novas tecnologias em si não são boas nem más, depende do uso que se faça delas e da motivação de cada indivíduo. Neste sentido, a Internet é uma plataforma perfeita para muitos adolescentes estabelecerem amizades virtuais e autoexprimirem-se mas facilmente (Shimoda, 2008 Aoyama & Talbert, 2010). De uma forma geral, todos reconhecemos as vantagens e oportunidades que a Internet nos oferece (Sousa, 2011).

No entanto, sobre o cyberbullying convém ressaltar quais as formas existentes e suas consequências.

O cyberbullying emerge como uma arma adicional no arsenal daqueles que procuram magoar outros. Devido às características peculiares desta nova forma de bullying, incluindo perseguições anónimas, efeito da desinibição online que encoraja elevada crueldade, ausência de limitações do tempo e do espaço, ausência de pistas não-verbais para decodificar a mensagem, e a permanência das mensagens trocadas ser vitalícia, especialistas acreditam que as consequências da vitimização do cyberbullying poderão ser mais severa do que a vitimização convencional (Bauman & Yoon, 2014).

O cyberbullying manifesta-se de diversas formas, por exemplo, através do envio de mensagens rudes, vulgares e agressivas dirigidas às vítimas, assédio, envio de mensagens repetitivas, formulação de ameaças, ou perseguição no ciberespaço. Como forma de coagir a vítima são utilizados diferentes instrumentos, tendo por base alguma situação constrangedora ou íntima em que a vítima esteja envolvida, a exposição de fotografias ou vídeos captados com o telemóvel de forma furtiva e sem o consentimento da vítima, a

criação de perfis falsos nas redes sociais, a publicação de histórias falsas sobre a vítima com o intuito de embaraçar ou ainda a publicação dos seus segredos (Cunha, 2014)

Existem diversas tipologias que se tem vindo a construir em torno do fenómeno do cyberbullying, tomando por base quer o canal ou recurso, a partir do qual ocorre o abuso, quer o tipo de estratégia utilizada pelo abusador (Amado, Pereira e Pessoa, 2012).

Não podendo descrever-se todas, irá ser sistematizada a perspectiva de Willard, quanto aos comportamentos e a de Smith et al quanto aos recursos ou canais de quem comete os abusos.

Willard (2005, cit. por Beran & Li, 2007) classifica o cyberbullying quanto ao tipo de comportamento:

- Insultos inflamados: utilização de linguagem vulgar e agressiva na comunicação *online* com outros;
- Assédio: enviar, de forma repetida, mensagens insultuosas;
- Difamação: enviar, colocar mensagens ou imagens que não são verdadeiras e prejudicam a reputação dos outros;
- Assumir a identidade do outro: fingir ser outra pessoa e enviar mensagens que comprometam essa pessoa;
- Revelar dados pessoais de alguém: partilhar *on-line* segredos ou dados privados embaraçosos sobre alguém;
- Enganar: levar alguém a revelar segredos ou dados embaraçosos que se partilham *online*;
- Exclusão: excluir intencionalmente ou cruelmente alguém dos grupos *on-line*.

Smith (2008) classifica o cyberbullying quanto aos meios ou canais utilizados da seguinte forma:

- SMS: enviar ou receber mensagens abusivas através do telemóvel;
- MMS: enviar ou receber fotos, imagens ou filmes através do telemóvel;
- Telefone: enviar ou receber telefonemas maliciosos;
- E-mail: envio de e-mails maliciosos ou ameaçadores a alguém ou sobre alguém;
- Chatrooms: intimidação e abusos quando se participa em grupos de conversação *on-line*;
- Mensagens Instantâneas: de natureza abusiva (MSN, Yahoo);
- Websites: revelar segredos ou dados pessoais detalhados de forma abusiva ou colocar comentários desagradáveis nas redes sociais.

Neste âmbito, a utilização da internet, nomeadamente, quanto às redes sociais tem trazido bastantes problemas de segurança dos jovens, já que como estes ainda estão em desenvolvimento, pode tornar-se prejudicial para a definição da sua personalidade (Livingstone, O'lafsson & Staksrud, 2013).

As consequências do cyberbullying podem ser muito mais sérias que as do bullying tradicional, tendo em conta as características que já mencionamos. Sabe-se que estas consequências “vão desde o isolamento social, insucesso escolar, perturbações do sono, na alimentação, às tentativas de suicídio ou suicídio consumado” (Novo, 2009, p. 328).

Por outro lado, Beran e Li (2007, cit. por Amado, Pereira e Pessoa, 2012) referem que os estudantes que são vítimas apenas no ciberespaço e os que são vítimas tanto no ciberespaço como na escola, apresentam dificuldades no percurso escolar tais como: classificações baixas, falta de concentração e absentismo. Estes resultados sugerem que o cyberbullying pode ter um impacto negativo na aprendizagem escolar.

Um estudo de Ybarra, Diener-West e Leaf (2007) apresenta resultados preocupantes em relação ao impacto do cyberbullying: os jovens que foram assediados online apresentavam, em comparação com os que não foram intimidados, uma probabilidade maior de consumir álcool ou outras drogas, de receber suspensões e outros castigos escolares, e de vivenciar sofrimentos emocionais; aos sujeitos a comentários rudes ou desagradáveis através de mensagens de texto, assistia uma maior probabilidade de não se sentirem seguros na escola; e, no geral, as vítimas de cyberbullying apresentavam uma probabilidade oito vezes maior do que os outros jovens, de reportar que já tinham transportado, alguma vez, uma arma para a escola. Hinduja e Patchin (2010) analisaram a forma como o cyberbullying está relacionado com a ideia de suicídio entre os adolescentes. As vítimas de cyberbullying têm quase o dobro de probabilidade de tentar o suicídio do que os jovens que nunca experienciaram cyberbullying. Ybarra (2004) refere, até, que o assédio através da Internet é uma importante questão de saúde mental que afeta os jovens de hoje.

Num estudo sobre a utilização que as crianças fazem da internet concluiu-se que 75% das crianças entre os 06 e os 17 anos, dos 27 países da União Europeia já utilizam a internet e esse número sugere uma tendência para o crescimento (Novo, 2009).

Por outro lado, num estudo efetuado em Portugal, pela investigadora da Universidade do Minho, Ana Almeida, abrangendo um universo de 7.000 alunos, verificou-se que aproximadamente um em cada cinco alunos (22%), entre os seis e os dezasseis anos, já foi vítima de bullying na escola (Ventura, 2011). Desta forma pode inferir-se que é neste intervalo etário, dos 06 aos 17 anos, que residem os maiores perigos, pois aliada à vontade de aceder às novas tecnologias, está a vulnerabilidade, a irreverência e vontade de experimentar características destas idades. Em alguns casos acontece o bullying praticado no ambiente escolar ser perpetuado em casa da vítima através da internet, tornando-se o bullye num cyberbullye, e a vítima um alvo ainda mais fácil, dentro de um ciclo vicioso difícil de controlar (Silva cit. por Novais, 2010). Um estudo realizado em Luxemburgo vem corroborar os dados anteriores, uma vez que os pesquisadores verificaram que os agressores do bullying escolar tendem a ser também os cyberbullies no mundo virtual e que, ao mesmo tempo, as vítimas de bullying também tendem a ser vítimas de cyberbullying (König, Melzer, Pfetsh & Steffgen, no prelo). Deste modo, é possível pensar em um processo constante e cíclico de agressão, altamente deletério à saúde dos jovens em desenvolvimento nos mais diversos contextos. Ao mesmo tempo, também é possível pensar que as vítimas do bullying possam praticar o cyberbullying motivadas pela retaliação dos seus agressores na vida “real” (Lisboa & Wendt, 2013).

Para que estes comportamentos sejam eliminados, para além da intervenção dos agentes educativos, é premente a ação da Justiça Portuguesa. O cyberbullying é crime em Portugal, pela Lei Tutelar Educativa (Lei nº 166/1999 de 14 de setembro) a nível jurídico relativo aos menores, e educacional através do Estatuto do Aluno e Ética Escolar (Lei nº 51/2012 de 5 de setembro). Ambas as Leis preveem a institucionalização, o reparo dos danos causados, as formações, entre outras medidas.

O Estatuto do Aluno e Ética Escolar, aprovado em Conselho de Ministro de 12 de Abril de 2007 e pela Assembleia da República a 6 de Novembro de 2007, pretendia devolver a autoridade aos professores e às escolas de forma a permitir a "simplificação,

desburocratização e reconhecimento da autonomia pedagógica das escolas na aplicação das medidas de correção de comportamentos indisciplinados" e uma " maior exigência na prevenção de comportamentos agressivos" (Ministério da Educação e Ciência, 2013).

No nº 2 do Art.º 38º do Estatuto do Aluno e Ética Escolar, Secção V (Responsabilidade Civil e Criminal), sem prejuízo do recurso, por razões de urgência, às autoridades policiais, quando o comportamento do aluno maior de 12 anos e menor de 16 anos puder constituir facto qualificado como crime, deve a direção da escola comunicar o facto ao Ministério Público junto do tribunal competente em matéria de menores. Em relação ao bullying/cyberbullying surgiu a Proposta de Lei nº 46/XI de 28 de outubro de 2010 que previa a penalização da violência em contexto escolar. Esta legislação tinha como intuito a sua aplicação em casos de cyberbullying, quando a violência é cometida pelo jovem no ciberespaço. Segundo esta legislação, o aluno com mais de 16 anos que cometesse crimes definidos como bullying/cyberbullying, seria condenado a penas até cinco anos. Em casos mais graves que resultasse na morte da vítima a pena seria entre os três e os 10 anos ou quando existisse ofensas graves à integridade física a pena seria estabelecida entre os dois e os oito anos.

Em relação a casos em que os agressores tivessem menos de 16 anos e mais de 12 anos, a lei penal daria lugar a medidas tutelares educativas determinadas pela Lei Tutelar Educativa (Lei nº166/1999). As penas podem ir de admoestação até ao seu internamento em centro educativos (artigo nº4), em regime aberto, semi-aberto ou fechado consoante os crimes praticados. Nos crimes de cyberbullying praticados por maiores de 18 anos é aplicada a lei prevista pelo Código Penal onde se destaca alguns artigos: Artigo nº153 –C (Ameaça por meios informáticos – digitais, “Cyberstalking”); Artigo nº 170 (Importunação sexual); Artigo nº192 (Devassa da vida privada); Artigo nº 199 (Gravações e fotografias ilícitas); Artigo nº 290 (Discriminação racial, religiosa ou sexual), entre outros.

Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação e o envolvimento dos agentes educativos

As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) têm vindo a assumir uma relevância crescente na sociedade contemporânea e, mais especificamente, nas interações que estabelecemos na nossa vida quotidiana, estejam elas inscritas num contexto profissional ou pessoal e social. Este protagonismo evidencia-se nos números que retratam

a utilização de meios como o telemóvel e a Internet nos últimos anos, e que revelam um crescimento contínuo entre a população em geral e, em particular, entre as crianças e os jovens (Pereira, 2011). Conforme aponta Gross (2004), do Instituto Infantil de Mídia Digital da Universidade da Califórnia, os adolescentes de hoje são flexíveis e expõem sua identidade em múltiplos contextos digitais, como os fóruns, as salas conversação, blogs, entre outros. Na medida em que as crianças e adolescentes intensificam a interação com as novas tecnologias de interação e aumentam sua participação em sites de redes sociais, criando perfis públicos e compartilhando informações pessoais, novos dispositivos tecnológicos são criados em resposta a essa demanda.

Segundo vários autores, os maiores praticantes de cyberbullying são os adolescentes, uma vez que as crianças não utilizam a internet com tanta frequência (Rigby, 1997; Rigby & Sli, 1991), no entanto a utilização da internet inicia cada vez mais cedo, e se esse comportamento não for devidamente supervisionado os riscos associados serão cada vez maiores. Desde 2010 que o número de utilizadores da Internet em movimento não pára de crescer, o que também tem reflexos entre os mais novos. Um estudo que acaba de ser publicado indica que em sete países europeus com dados comparáveis, 28% das crianças entre os 9 e os 12 anos utilizam smartphones para aceder à Internet – um número que dispara para os 60% quando os dados dizem respeito aos jovens entre os 13 e os 16 anos (Santos, 2014).

Segundo o relatório Net Children Go Mobile, de 2014, 500 crianças e jovens portugueses entre os 9 e os 16 anos, em média, utilizam pela primeira vez a Internet com 8,6 anos e têm o primeiro telemóvel aos 9,12. O avanço para um smatphone acontece pouco depois, aos 12,13 anos. Portugal também acompanha esta tendência de utilização crescente da Internet. Com efeito, de 2006 para 2010 a percentagem de lares com ligação à Internet subiu de 35 para 54, sendo que nos lares com crianças esta percentagem é de 80, enquanto a percentagem de lares sem crianças com acesso à Internet é de 44% (Pereira, 2011). Porém, a par com o crescimento da utilização, têm-se também avolumado os riscos a que as crianças e jovens são expostos, por comparação com aqueles que utilizam telemóveis de gerações anteriores ou que utilizam apenas a Internet através de computadores pessoais. Muitos dos riscos advirão de ferramentas como georreferenciação,

que possibilitam que as crianças facilmente contactem com pessoas que estão próximas da sua escola, casa ou locais de frequência habitual (Santos, 2014).

Ainda no que diz respeito ao uso do telemóvel, e de acordo com dados da ANACOM (2010), Portugal é um dos países com uma taxa mais elevada de penetração dos serviços telefónicos móveis. No final do terceiro trimestre de 2010, a penetração deste serviço era de 151,7 por 100 habitantes. De acordo com a informação disponível referente ao segundo trimestre de 2010, o uso de serviços telefónicos móveis em Portugal é superior à média europeia (149,2 por 100 habitantes e 123,2 por 100 habitantes, respectivamente). Dados do Eurobarómetro (2008) revelam, igualmente, o uso crescente do telemóvel entre os mais novos, sendo que 60% dos pais das crianças de 6-17 anos afirmam que os seus filhos têm um telemóvel (Pereira, 2011).

Neste sentido, conclui-se que as crianças mais novas vêm menos riscos online, mas acabam por ser mais afectadas. As crianças com 9 ou 10 anos que estão online através de smartphones têm mais probabilidade de serem expostas a riscos. Cristina Ponte, afirma que “os utilizadores de smartphones acedem mais à Internet e envolvem-se em mais actividades, e por isso encontram mais riscos” (Santos, 2014). Elenice Silva (Novais, 2010), psicopedagoga, considera que os agentes educativos desempenham um papel decisivo no que toca à intervenção neste tipo de violência.

Sabendo-se que o bullying deixa marcas físicas e psicológicas, é fundamental estar-se atento aos sinais que o agredido possa apresentar (não querer ir à escola, ficar triste, roupas e livros rasgados, entre outros). O papel do educador é neste sentido fundamental no combate e identificação do bullying. Neste sentido, mais do que nunca, os pais deverão notar e atentar às mudanças comportamentais dos filhos (ficar triste constantemente, nervoso, assustado quando o telefone toca, estar sempre no quarto, poderão ser alguns sintomas). Outra questão pertinente que os pais deverão igualmente ter conhecimento é que em determinados grupos da população parece persistir a ideia de que o sexo masculino tem uma ligação mais forte às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e que é mais desenvolto na sua utilização (Azevedo & Seixas, 2011; Cardoso, Espanha, & Araújo, 2009, cit. Por Azevedo, Pedro e Santos, 2014).

Estes novos meios de socialização foram estudados e quando solicitado aos jovens sobre o seu grau de necessidade, classificando-os numa escala de “imprescindível”, “desejável” e “dispensável”, os meios referidos nas duas primeiras categorias foram a TV,

o telemóvel, internet e o computador. O mais indicado como imprescindível foi o telemóvel, sendo claramente mais para as moças (Pereira, Maria e Silva, Bento (sd), cit. por Ventura, 2011).

Por outro lado verifica-se que no que toca aos telemóveis inteligentes que estes superam os tradicionais. Um artigo publicado recentemente no “Jornal de Notícias” revelou que o Barómetro de Telecomunicações da Marktest apurou a utilização de smartphones por 4 milhões e 134 mil indivíduos, o que corresponde a 46,4% dos possuidores de telemóvel residentes em Portugal a partir dos 10 anos. A idade é uma das variáveis onde os smartphones têm utilização mais diferenciada. Destacando-se os jovens dos 15 aos 24 anos, onde as taxas de utilização superam o valor médio em quase 60% (Gaspar, 2014).

Sobre os conteúdos a que os jovens acedem enquanto estão na internet, outras pesquisas constataam que no grupo etário de 16-24 anos, 90% utilizam a Internet para o envio de mensagens em chats, blogues ou páginas de redes sociais e 95% para comunicar através de e-mail (Pereira, 2011).

Outras investigações referem ainda que 60% das raparigas e 58% dos rapazes da União Europeia têm o perfil publicado numa rede social, embora se verifiquem diferenças entre os países membros. Um quarto das crianças de 9 a 10 anos (26%) tem o perfil publicado numa rede social, número que ascende drasticamente aos 49% no grupo dos 11 aos 12 anos. A percentagem continua a subir à medida que a idade aumenta (Amado, Matos, Pessoa & Stelter, 2012). No que toca à supervisão dos comportamentos dos filhos enquanto estão na internet, há uma questão que parece atrapalhar os pais: o computador, sendo de uso particularmente individual, torna o controlo parental prejudicado e, se pensarmos que os maiores *experts* em tecnologia são justamente os filhos, e não seus pais, a questão assume significativa complexidade (Mesch, 2009, cit por Lisboa & Wendt, 2013). Aliás, segundo João Amado (2012), os pais estão «pouco conscientes» da violência com recurso a meios eletrónicos (cyberbullying) e supervisionam pouco o uso da Internet pelos filhos. Relativamente ao controlo dos pais sobre o uso da tecnologia por parte dos filhos, as crianças e adolescentes que recebem supervisão dos pais enquanto navegam, ou que declaram a existência de regras claras quanto ao uso da tecnologia, recorrerão menos à Internet (Valcke, Bonte, De Wever & Rots, 2010; Mesch, 2009; Heim, Brandtzæg, Endestad, Kaare & Torgersen, 2007; Fleming, Greentree, Cocotti-Muller, Elias &

Morrison, 2006). Por sua vez, Heim et al. (2007), num estudo exploratório com adolescentes na Noruega, observaram que o uso destes equipamentos costuma ser mais criativo e saudável quando os pais estão presentes fisicamente (Diamanduros, Downs & Jenkins, 2008; Dooley, 2010; Hinduja & Patchin, 2007, 2010, cit. Por Lisboa e Wendt, 2013).

Ainda persiste a ideia de que são as mães as figuras mais presentes no quotidiano dos filhos, continuam a ser consideradas as principais responsáveis pelas crianças, o que está de acordo com a investigação realizada neste domínio (Wille, 1995, por exemplo, cit. por Costa, Múrias & Poeschl, 2004). Este facto seria justificado pela relação privilegiada que deveria naturalmente existir entre mães e filhos, uma ideia não só questionada por Chodorow (1978), mas também desmentida pelos numerosos estudos sobre a violência familiar (cf. Fortin, 1995). Para além disto, o contributo da mulher no trabalho parental é visto, sobretudo, como um produto da socialização, as diferenças de competências entre homens e mulheres são recusadas e a falta de participação masculina contestada (Costa, Múrias e Poeschl, 2004).

Na maioria das culturas, constata-se que as mães passam mais tempo com os filhos do que os pais (Hewlett, 1992; Parke & Buriel, 2006; Phares, 1996, cit. por Faria, Fuertes e Santos, 2014), embora, os pais comecem a passar mais tempo a brincar com os filhos (Coleman, Garfield, & Committee on Psychosocial Aspects of Child and Family Health, 2004; Prodata, 2014), principalmente quando se trata do primeiro filho (Michale, 2007). Quando comparados com as mães, os pais, ainda continuam a passar menos tempo com os filhos, principalmente dos 0 aos 2 anos (Yeung, Sandberg, Davis-Kean, & Hofferth, 2001) e a ter menor responsabilidade nos cuidados infantis (Lamb & Oppenheim, 1989), principalmente nas culturas ocidentais (Cooksey & Fondell, 1996; Yeung et al., 2001). Também parece existir diferenças no modo como os pais interagem com os filhos e as filhas (Snow, Jacklin, & Maccoby, 1983). As mães tendem a tratar igualitariamente os filhos e as filhas, enquanto os pais adaptarão o seu estilo parental, aos filhos e às filhas (Brundin, Rodholm, & Larsson, 1988; Lytton & Romney, 1991, cit. por Faria, Fuertes e Santos, 2014). Ainda relativamente aos pais, parece que os que têm maiores habilitações literárias utilizavam mais práticas educativas adequadas (Duarte, 2011)

Prevenção do Cyberbullying

Este fenómeno que se tornou mundial acarreta consequências gravíssimas, que infelizmente já culminaram em tentativas de suicídio e outras vezes na sua concretização. Por este motivo a supervisão de pais, encarregados de educação e professores é fundamental, numa parceria concertada entre estes atores (Novo, 2009). Reforçando as informações anteriores, pesquisadores salientam que pais, professores, gestores públicos e os profissionais da área da saúde devem ser informados sobre os comportamentos de risco no ambiente virtual e sobre os impactos no desenvolvimento psicossocial de modo a melhor avaliar os riscos aos quais está suscetível a população mais jovem (Shariff, 2011; Walker, 2010).

Os especialistas sugerem, ainda, que se levem a cabo iniciativas dirigidas aos pais, professores e outros profissionais que trabalham com os jovens, no sentido de os in(formar) sobre as TIC e o cyberbullying, através de ações de formação, de manuais e outros recursos, sendo necessário, igualmente, encorajá-los a participar nestes eventos (in)formativos. Uma outra iniciativa considerada importante é a disponibilização de apoio e assistência a estes grupos de adultos mediante, por exemplo, linhas de ajuda (Amado, Matos, Jager & Pessoa, 2009). O combate ao problema do *cyberbullying* centrado na comunidade escolar como um todo deve promover a capacidade das escolas para se debruçarem sobre as questões associadas à literacia digital, à segurança on-line, e ao uso responsável e positivo das TIC (Santos, 2014; Walker, 2010, cit. Por Lisboa e Wendt, 2013; Palfrey & Gasser, 2011; Amado, Matos, Jager & Pessoa, 2009).

Objetivos do estudo

Neste estudo pretende-se saber qual o conhecimento que os pais/encarregados de educação possuem sobre o cyberbullying para que sejam auxiliadores no processo de supervisão e prevenção. Na sequência da definição deste objetivo, outros problemas de estudo relevantes se colocam:

- Para a amostra considerada, ou seja, filhos entre os 06 e os 16 anos, qual a percentagem de utilizadores e não utilizadores de internet?
- Que meios são mais utilizados pelos filhos?
- Será que a utilização dos dispositivos é diferente entre os sexos?

- Existe interesse da parte dos pais sobre a correta ou incorreta utilização da internet por parte dos filhos?
- Terão os pais informação suficiente sobre o cyberbullying?
- As habilitações académicas dos pais/encarregados de educação influenciam o conhecimento que têm sobre o cyberbullying?
- As habilitações académicas dos pais/encarregados de educação influenciam os comportamentos de supervisão?”,
- O sexo dos pais/encarregados de educação influencia o conhecimento que tem sobre o cyberbullying?
- O sexo dos pais/encarregados de educação influencia os comportamentos de supervisão?
- O sexo dos educandos influencia o conhecimento que tem sobre o cyberbullying?
- O sexo dos educandos influencia os comportamentos de supervisão dos pais?
- Manifestarão os pais perante os filhos comportamentos conducentes a medidas preventivas face ao cyberbullying?

Método

Participantes

Este estudo foi efetuado com uma amostra de 105 participantes, havendo praticamente o mesmo número de pais do sexo masculino e do sexo feminino (**Tabela 1**).

Tabela 1 – Sexo dos Pais/Encarregados de Educação

	n	%
Masculino	50	47,6
Feminino	55	52,4
Total	105	100,0

Quanto ao Estado Civil dos pais/Encarregados de Educação, a maioria é casada ou vive em união de facto (**Tabela 2**).

Tabela 2 – Estado Civil dos Pais/Encarregados de Educação

	n	%	% acumulada
Solteiro	5	4,8	4,8
Casado/união de facto	89	84,8	89,5
Divorciado	11	10,5	100,0
Total	105	100,0	

Quanto às habilitações literárias dos pais/Encarregados de Educação, a maioria possui habilitações acima do 2º ciclo (**Tabela 3**).

Tabela 3 – Habilitações Literárias dos Pais/Encarregados de Educação

	n	%	% acumulada
1º ciclo	8	7,6	7,6
2º ciclo	9	8,6	16,2
3º ciclo	25	23,8	40,0
Ensino secundário	44	41,9	81,9
Ensino superior	19	18,1	100,0
Total	105	100,0	

Relativamente à idade dos pais e Encarregados de Educação, a maioria possui idades entre os 31 e os 50 anos (**Tabela 4**).

Tabela 4 – Classes etárias dos pais e encarregados de educação

	N	%	% acumulada
<20 anos	1	1,0	1,0
26-30 anos	3	2,9	3,8
31-35 anos	20	19,0	22,9
36-40 anos	28	26,7	49,5
41-45 anos	22	21,0	70,5
46-50 anos	15	14,3	84,8
>50 anos	16	15,2	100,0
Total	105	100,0	

Relativamente ao sexo dos Filhos, 41% são do sexo masculino e 59% são do sexo feminino.

Relativamente aos ciclos de estudos dos Filhos, a maioria dos filhos frequenta o ensino básico (1º ao 3º ciclo) – **Tabela 5**.

Tabela 5 – Ciclos de estudo frequentados pelos filhos

	n	%	% acumulada
1º ciclo	60	57,1	57,1
2º ciclo	13	12,4	69,5
3º ciclo	19	18,1	87,6
Ensino secundário	7	6,7	94,3
11º ano	3	2,9	97,1
Pré-escola	3	2,9	100,0
Total	105	100,0	

Instrumentos

O questionário foi construído online e em papel (Ver documento em Anexo I), para que essas duas metodologias pudessem ser aplicadas e aumentassem a probabilidade de respostas. É constituído por 25 questões fechadas, com base na revisão de literatura e em outros questionários consultados, que pretendem avaliar diferentes dimensões.

A primeira parte é introdutória, dando uma breve definição de Cyberbullying, seguindo-se do pedido dos dados dos encarregados de educação (género, idade, habilitações literárias, estado civil, número de filhos), e a segunda parte refere-se às questões relacionadas com os educandos (escola, género, idade, ano de escolaridade, utilização da internet, tempo de utilização da internet, dispositivos tecnológicos que utiliza, conteúdos a que acede, etc), focando o Cyberbullying propriamente dito.

Procedimentos

O estudo foi levado a cabo através da administração dos questionários a pais que tivessem filhos entre os 06 e os 16 anos. A amostra foi escolhida através de amigos/conhecidos, que por sua vez fizeram o favor de angariar outros que preenchessem

os requisitos pretendidos (seleção em bola de neve), em Agrupamentos de Escolas e no Centro Social Paroquial da Vera Cruz.

Na seleção através de amigos/conhecidos foram aplicados os questionários em papel e fornecida o link para o questionário online, tendo sido pedido o consentimento informado dos encarregados de educação, dando a hipótese de escolher entre preencher o questionário em papel ou aceder ao questionário formulado online (ver documento de consentimento informado em Anexo II). O documento de consentimento informado foi entregue juntamente com os envelopes fechados que continham os questionários, para garantir a confidencialidade dos dados.

Foi pedida autorização ao Agrupamento de várias Escolas para que os questionários fossem administrados aos pais dos alunos pertencentes às mesmas. A sua administração foi feita mais uma vez recorrendo ao meio virtual e presencial e com o consentimento entregue juntamente com os envelopes fechados que continham os questionários. No Centro Social Paroquial da Vera Cruz, apenas foram aplicados os questionários online, uma vez que me foi informado que seria mais fácil obter respostas do público através desse meio. Neste caso o consentimento informado foi obtido através de ligações telefónicas explicando aos encarregados de educação todo o processo.

Análise dos Dados

Para a análise dos dados utilizámos o programa IBM SPSS 21.0 e calculámos frequências, percentagens e efetuámos testes de Qui Quadrado. Construímos igualmente gráficos de frequências e percentagens. Utilizámos como alfas para determinação da significância estatística os valores .05,.01 e .001.

Resultados

A partir da amostra com 105 participantes, analisámos os dados respondendo a cada uma das questões do estudo.

Relativamente à questão “Para a amostra considerada, ou seja, filhos entre os 06 e os 16 anos, no concelho de Aveiro, qual a percentagem de utilizadores e não utilizadores de internet?”, pela **Tabela 6** verificamos que a maioria ($\chi^2 = 59.438$; gl = 1; p-Exato = .000) de participantes utiliza Internet, sendo a percentagem muito elevada.

Tabela 6 – Utilizadores de Internet

Utilizam?	N	%
Sim	92	87,6
Não	13	12,4
Total	105	

No que respeita à questão “Que meios são mais utilizados pelos filhos?”, pela **tabela 7** verificamos que os meios mais utilizados de modo significativo foram, por ordem decrescente de participantes, o “computador” (fixo ou portátil), o “computador + tablet”, apenas “tablet”, “smartphones”, “smartphones + tablet + computador”, sendo os restantes dispositivos utilizados por menos do que 6 participantes, num universo de 92 (não considerando os utilizadores de Internet). Esta distribuição não é devida ao acaso ($\chi^2=110.783$; gl = 10; p-Exato =.000).

Tabela 7 – Dispositivo Tecnológico Utilizado

	N	%
Computador/portátil	31	33,7
Smartphones	8	8,7
Tablet	10	10,9
Todos	5	5,4
Outros	2	2,2
Computador/portátil, tablet	22	23,9
Computador/portátil, smartphones, tablet	6	6,5
Computador/portátil, smartphones	4	4,3
Computador/portátil, telemóvel	2	2,2
Todos e Playstation	1	1,1
Smartphones e tablet	1	1,1
Total	92	100,0

Tendo em conta esta utilização dos dispositivos, “Será que a utilização dos dispositivos é diferente entre os sexos?”. Pela **Figura 1** constata-se que os educandos do

sexo feminino usam mais o “computador (fixo/portátil)”, o “computador + Tablet”, e os do sexo masculino usam mais “apenas o tablet”, o “computador + tablet + Smartphone”, “todos os tipos de equipamento + playstation” e “smartphone + tablet”, sendo a distribuição estatisticamente diferente do que seria esperado pelo acaso ($\chi^2 = 18.605$; gl = 10; p-Exato = .022).

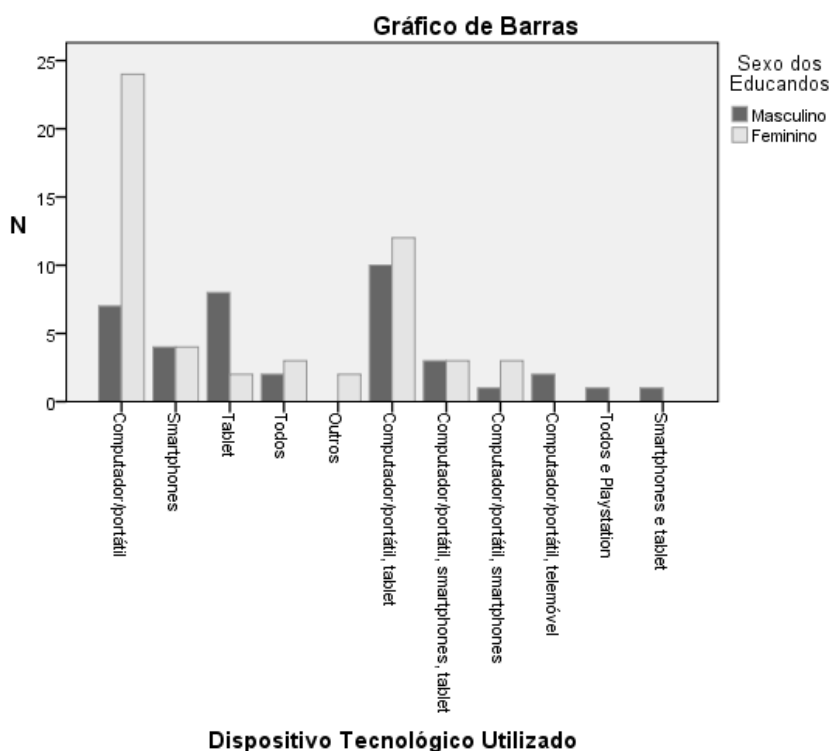


Figura 1 – Diferença na utilização dos dispositivos entre sexos

No que respeita à questão “Existe interesse da parte dos pais sobre a correta ou incorreta utilização da internet por parte dos filhos?”, a análise dos dados relacionados com o conhecimento que os pais referiram ter acerca dos conteúdos a que os educandos acedem, bem como a identificação dos conteúdos pelos pais.

Relativamente ao conhecimento dos pais acerca dos conteúdos a que os educandos acedem, uma maioria estatisticamente significativa ($\chi^2 = 62.783$; gl = 1; p-Exato = .000) afirmou que conhece (**Tabela 8**).

Tabela 8 – Pais conhecem os conteúdos a que os educandos acedem?

	N	%
Sim	84	91,3
Não	8	8,7
Total	92	

Quanto a se os pais identificam os conteúdos, constatámos que 26,7% dos pais identificaram as “redes sociais” como conteúdos a que os educandos acedem, 13,9% identificaram os “jogos online”, 9,3% identificaram “redes sociais + E-mail” e 5,9% identificaram “redes sociais + jogos online” (um total de 55,8%). Os restantes conteúdos listados foram referidos pelos outros 44,2% dos pais, mas com frequências inferiores a cinco participantes por conteúdo.

Relativamente à questão “Terão os pais informação suficiente sobre o cyberbullying?”, uma maioria estatisticamente significativa ($\chi^2 = 96.543$; gl = 2; p-Exato = .000) afirmou que possui informação suficiente sobre o cyberbullying (**Tabela 9**). De realçar que 12% possuem um conhecimento vago e apenas 6,5% não possui conhecimento sobre o cyberbullying.

Tabela 9 – Tem conhecimento sobre cyberbullying?

	N	%	% acumulada
Sim	75	81,5	81,5
Não	6	6,5	88,0
Vagamente	11	12,0	100,0
Total	92	100,0	

Quanto à questão se “As habilitações académicas dos pais/encarregados de educação influenciam o conhecimento que têm sobre o cyberbullying?”, o teste do Qui Quadrado (com tabela de dupla entrada) não revelou nenhuma relação entre as variáveis “habilitações académicas dos Pais” e “conhecimento sobre o cyberbullying” ($\chi^2 = 6.944$; gl = 8; p-Exato = .542).

Relativamente à questão “As habilitações académicas dos pais/encarregados de educação influenciam os comportamentos de supervisão?”, o teste do Qui Quadrado (com tabela de dupla entrada) não revelou nenhuma relação entre as variáveis “habilitações

acadêmicas dos Pais” e “comportamentos de supervisão” ($\chi^2 = 4.578$; gl = 4; p-Exato = .347).

Relativamente à questão “O sexo dos pais/encarregados de educação influencia o conhecimento que têm sobre o cyberbullying?”, o teste do Qui Quadrado (com tabela de dupla entrada) não revelou nenhuma relação entre as variáveis “sexo dos Pais” e “o conhecimento que têm sobre o cyberbullying” ($\chi^2 = .488$; gl = 2; p-Exato = .851).

Relativamente à questão “O sexo dos pais/encarregados de educação influencia os comportamentos de supervisão?”, o teste do Qui Quadrado (com tabela de dupla entrada) não revelou nenhuma relação entre as variáveis “sexo dos Pais” e “os comportamentos de supervisão sobre o cyberbullying” ($\chi^2 = .988$; gl = 1; p-Exato = .402).

Relativamente à questão “O sexo dos educandos influencia o conhecimento que têm sobre o cyberbullying?”, o teste do Qui Quadrado (com tabela de dupla entrada) não revelou nenhuma relação entre as variáveis “sexo dos educandos” e “o conhecimento que têm sobre o cyberbullying” ($\chi^2 = 2.410$; gl = 2; p-Exato = .329).

Relativamente à questão “O sexo dos educandos influencia os comportamentos de supervisão?”, o teste do Qui Quadrado (com tabela de dupla entrada) não revelou nenhuma relação entre as variáveis “sexo dos educandos” e “os comportamentos de supervisão sobre o cyberbullying” ($\chi^2 = .584$; gl = 1; p-Exato = .527).

Finalmente, no que respeita à questão “Manifestarão os pais perante os filhos comportamentos conducentes a medidas preventivas face ao cyberbullying?”, determinámos em que medida os pais/encarregados de educação definiam ou não horários para utilização da Internet, se alguma vez dialogava com os filhos acerca do cyberbullying, se achavam que a prevenção seria possível, bem como que sugestões apresentariam para promover a prevenção do cyberbullying.

Tabela 10 – Pais definem horários para utilizar Internet?

	N	%
Sim	50	54,3
Não	42	45,7
Total	92	

Efetivamente, apenas cerca de metade dos pais (**Tabela 10**) definem os horários dos filhos para utilizarem a Internet. Porém, uma maioria significativa ($\chi^2 = 12.565$; gl = 1; p-Exato = .001) já dialogou com os filhos sobre o cyberbullying e os seus riscos (**Tabela 11**).

Tabela 11 – Os pais alguma vez dialogaram com os filhos sobre Cyberbullying?

	N	%
Sim	63	68,5
Não	29	31,5
Total	92	

Paralelamente, uma maioria estatisticamente significativa de pais (**Tabela 12**) admitem possibilidades de prevenção do cyberbullying ($\chi^2 = 76.969$; gl = 1; p-Exato = .000).

Tabela 12 – Possibilidade de prevenção avaliada pelos Pais

	N	%
Sim	88	95,7
Não	4	4,3
Total	92	

Estes 95,7% de pais avançaram com diversas sugestões de prevenção, das quais destacamos, por ordem decrescente de percentagens de respostas, a “atividades dinamizadas nas aulas”, “formação em tecnologias de informação e comunicação (TIC)”, “atividades nas aulas + ações dirigidas aos pais”, “sensibilização da classe docente e atividades nas aulas” e “todas as sugestões referidas numa proposta de lista do Questionário (**Figura 2**)”.

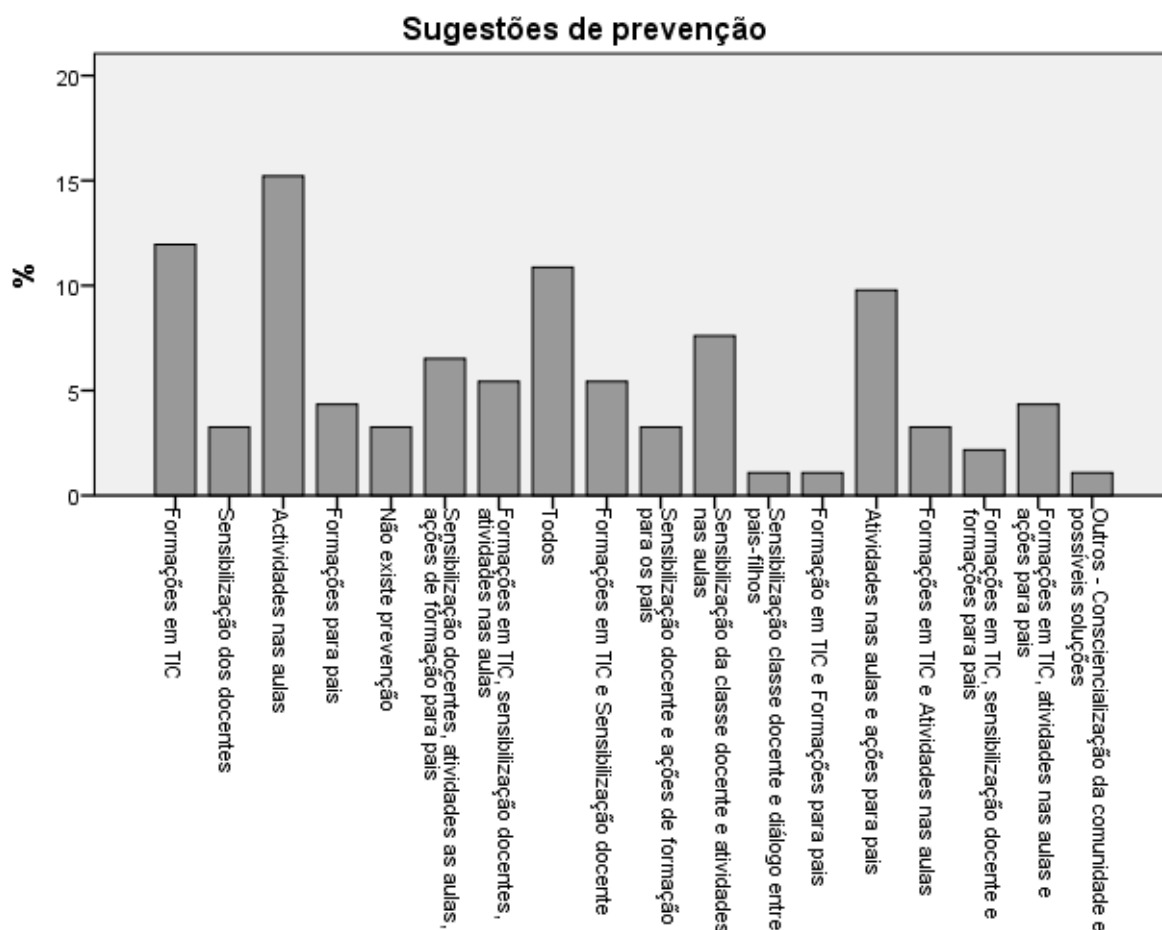


Figura 2 – Sugestões para prevenção do cyberbullying

Discussão

Relativamente ao primeiro resultado que sugere que a maioria dos educandos é utilizadora de internet, não foi estatisticamente significativo. Porém, o facto de quase todos os filhos utilizarem este meio de forma constante poderá significar que a internet continua a ser uma forma privilegiada de acesso à informação (Novo, 2009).

Quanto à questão sobre que meios tecnológicos são mais utilizados pelos educando(a)s, por ordem decrescente de participantes, temos o “computador” (fixo ou portátil), o “computador + tablet”, apenas “tablet”, “smartphones”, “smartphones + tablet + computador”. Esta distribuição não foi devida ao acaso, o que poderá ser explicado por fatores socioeconómicos, de idade, de necessidades escolares e/ou de localização geográfica; poderão ter promovido o maior ou menor acesso a estes dispositivos. O computador ser o meio mais utilizado é concordante com um estudo que traduz que de

entre os meios mais utilizados pelos jovens está o computador, tido como imprescindível e desejável (Pereira, Maria e Silva, Bento (sd), cit. por Ventura, 2011).

No que diz respeito aos telemóveis, sabe-se através de um estudo recente que a idade é uma das variáveis onde os smartphones têm utilização mais diferenciada, sendo o maior grupo os jovens dos 15-24 anos (Gaspar, 2014).

Outro estudo recente sugere que em sete países europeus com dados comparáveis, 28% das crianças entre os 9 e os 12 anos utilizam smartphones para aceder à Internet – um número que dispara para os 60% quando os dados dizem respeito aos jovens entre os 13 e os 16 anos (Santos, 2014).

As idades mencionadas, neste caso dos 9-16 anos, pertencem à classe de idades dos educandos incluídos neste estudo, indo confirmar a informação de que nesta fase etária o recurso às novas tecnologias é bastante comum.

Sobre a utilização dos dispositivos pelos dois sexos verifica-se que o fato de ser rapaz ou rapariga influencia o tipo de recursos tecnológicos a que acedem, assim como a utilização que fazem deles. Constatou-se que nos rapazes há uma maior predisposição para acederem a uma maior quantidade de dispositivos e com isto experimentam mais modalidades eletrónicas, resultado que vai ao encontro de alguns estudos na área. Segundo a literatura, em determinados grupos da população parece persistir a ideia de que o sexo masculino tem uma ligação mais forte às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e que é mais ágil na sua utilização (Azevedo & Seixas, 2011; Cardoso, Espanha, & Araújo, 2009, cit. Por Azevedo, Pedro e Santos). Na mesma ordem de ideias, outro estudo sobre o meio tecnológico mais usado em função do sexo sugere o telemóvel como imprescindível, sendo claramente mais para o sexo feminino (Pereira, Maria e Silva, Bento (sd), cit. por Ventura, 2011). No entanto, os resultados dos questionários contrariam estas informações. Constatou-se que os educandos do sexo feminino usam mais o “computador (fixo/portátil)”, o “computador + Tablet”, e os do sexo masculino usam mais “apenas o tablet”, o “computador + tablet + Smartphone”, “todos os tipos de equipamento + playstation” e “smartphone + tablet”, sendo a distribuição estatisticamente diferente do que seria esperado pelo acaso. Na amostra o smartphone, mesmo que não isoladamente, é mais utilizado pelos rapazes do que pelas raparigas.

Mais uma vez alguns aspetos, que não foram controlados podem estar na origem destes resultados, nomeadamente a idade, as exigências escolares dos educandos e o estatuto socioeconómico.

Quanto a se existe interesse da parte dos pais sobre a correta ou incorreta utilização da internet por parte dos filhos, na primeira sub-questão observa-se que a maioria dos pais possui conhecimento sobre os conteúdos, e na segunda verifica-se que consegue identificá-los, sendo as redes sociais as mais acedidas pelos educandos.

Não obstante alguns estudos evidenciarem que os pais ainda são um grupo pouco atento às questões da internet e que não supervisionam o uso da Internet pelos filhos (Amado, 2012), na amostra considerada obteve-se o inverso. Conclui-se que os pais se preocupam e revelam interesse em perceber o que os filhos consultam na Internet, o que prediz que os riscos associados ao ciberespaço são de alguma forma conhecidos por eles e o que tem vindo a ser feito em termos de sensibilização está a dar resultado.

No tocante às redes sociais serem os conteúdos mais acedidos, esta informação vai ao encontro de investigações atuais que referem que 60% das raparigas e 58% dos rapazes da União Europeia têm o perfil publicado numa rede social. Também se verificam diferenças consideráveis entre os diversos grupos etários. Assim, um quarto das crianças de 9 a 10 anos (26%) tem o perfil publicado numa rede social, número que ascende drasticamente aos 49% no grupo dos 11 aos 12 anos. A percentagem continua a subir à medida que a idade aumenta, com 82% dos jovens entre os 15 e os 16 anos a utilizar as redes sociais (Amado, Matos, Pessoa e Stelter, 2012). As redes sociais, para além de serem as preferidas pelas crianças e adolescentes, estão à frente dos blogs, isto porque as redes sociais actualmente permitem às pessoas fazer o mesmo que fariam com um blogue e ainda mais (Estudo Mccann, 2008).

No que respeita à questão “terão os pais informação suficiente sobre o cyberbullying?”, uma maioria estatisticamente significativa afirmou que possui informação suficiente sobre o cyberbullying, o que contraria os estudos que tem vindo a ser realizados na área referindo que os pais ainda não estão devidamente consciencializados sobre o cyberbullying (Amado, 2012).

As questões que tentam relacionar as habilitações literárias dos pais com o conhecimento sobre o cyberbullying e os comportamentos de supervisão perante os filhos não revelam nenhum tipo de associação significativa. Apesar de na literatura se encontrar

alguns dados que sugerem haver diferenças nas práticas educativas do pai e da mãe em função das habilitações, nomeadamente dos pais com ensino superior adotarem práticas educativas mais adequadas, neste caso não houve concordância.

Relativamente ao sexo, quer dos pais, quer dos filhos, no que diz respeito a poderem condicionar o conhecimento que possuem sobre o cyberbullying e o comportamento de supervisão, não foram encontrados resultados significativos, embora em diversos contextos ainda persista a ideia de que são as mães as figuras mais presentes no quotidiano dos filhos, e de que continuam ser as principais responsáveis pelas crianças (Wille, 1995, por exemplo, cit. por Costa, Múrias e Poeschl, 2004).

Estes resultados contraditórios aos da revisão de literatura poderão sugerir que pais e mães estarão cada vez mais próximos em termos de papéis sociais e práticas educativas, e apesar de poderem ser reconhecidas algumas diferenças, na amostra considerada não foram visíveis. Assim, não houve manifestação de mais preocupação ou maior comportamento de supervisão pelo fato de ser pai ou mãe, ou pelo facto de terem um filho ou filha.

“Manifestarão os pais perante os filhos comportamentos conducentes a medidas preventivas face ao cyberbullying?”, no sentido de definirem ou não horários para utilização da Internet, de dialogarem com os filhos acerca do cyberbullying, de avaliarem a prevenção como possível, bem como que sugestões apresentariam para promover a prevenção do cyberbullying, encontrámos respostas significativas em todas as questões, ou seja, estabelecimento de horários com os filhos, diálogo com os filhos sobre o cyberbullying e concordância com a possibilidade de prevenção, juntamente com a indicação de sugestões.

Face a estes resultados constatamos que a amostra considerada, por ter conhecimento sobre o cyberbullying, manifesta comportamentos de supervisão adequados, sendo um deles a definição de horários com os educandos, delimitando o tempo que estão a aceder à internet. São proativos e preventivos uma vez que já dialogaram com os filhos sobre o cyberbullying. Estes parâmetros, apesar de presentes não estão totalmente de acordo com os estudos mais recentes que apontam para um desconhecimento dos pais sobre o bullying através da internet e falta de comportamentos de supervisão.

No que diz respeito às medidas de prevenção, a maioria dos pais assinalou as apresentadas no questionário, não se observando respostas significativas no item “Outras”. Das apresentadas nos questionários, as mais escolhidas foram as atividades dinamizadas

nas aulas. Neste sentido, os pais poderão ver a escola como o espaço de eleição para sensibilizar os educandos para os perigos da internet, não descartando por isso a importância de eles próprios e dos filhos adquirirem mais conhecimento sobre a utilização das TIC através de formações, visto que é a segunda opção mais assinalada. Os educadores identificam medidas preventivas, mas isoladamente, não existindo nem respostas significativas que traduzam a escolha das várias sugestões em conjunto como necessárias, nem sugestões suas de prevenção.

Estes resultados sugerem que a prevenção do cyberbullying ainda é um tema a trabalhar e que deve ser aprofundado. Para todos os problemas de estudo podemos acrescentar que as respostas dos pais aos questionários estão fortemente sujeitas à subjetividade que este tipo de instrumentos acarreta. Os participantes podem ter-se influenciado mutuamente antes do preenchimento dos questionários, por exemplo, pai e mãe conversarem antes do iniciarem a tarefa para que as respostas revelassem alguma semelhança. Outra condicionante deste tipo de instrumentos refere-se às respostas por conveniência social, o que significa que alguns itens podem ter sido assinalados por serem aqueles considerados mais aceites socialmente, ou que agradariam mais ao leitor.

Referências

- Almeida, A. et al (2012). Guidelines for preventing cyber-bullying in the school environment: a review and recommendations acedido em 24 de outubro de 2015 disponível em http://www.ie.uminho.pt/uploads/eventos/EV_6723/20130206383861447500.pdf
- Amado, J, Pereira, S. e Pessoa, T. (2012). Cyberbullying, Estudo exploratório sobre a perceção dos professores. Dossiê Temático, pp. 107-128.
- Azevedo, J; Pedro, L. e Santos, R. (2014). *Envolvimento, literacia digital e oportunidades no uso da Internet pelos alunos do Ensino Superior: uma análise em função do género*. Indagatio Didactica (Vol 6). Universidade de Aveiro
- Bauman, S. e Yoon, J. (2014). This Issue: Theories of Bullying and Cyberbullying. Theory into Practise, 53, pp. 253-256. Copyright. The Ohio State University.

Cybertraining para pais. Cursos Europeus de Formação sobre Cyberbullying para Pais e Formadores (2012) acedido em 21-10-2015 disponível em <http://miudossegurosnet.blogs.sapo.pt/32398.html>

Correio da manhã. Cyberbullying: inimigo sem rosto. 13 de fevereiro de 2011 acedido em 19 de julho de 2015 em <http://www.cmjornal.xl.pt/domingo/detalhe/cyberbullying-inimigo-sem-rosto.html>

Correio da Manhã. 18 de junho de 2012 acedido em 21 de outubro de 2015 disponível em <http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/joao-amado/pais-estao-pouco-conscientes-do-cyberbullying>

Costa, E., Múrias C., e Poeschl, G. (2004). Análise Social. Desigualdades sociais e representações das diferenças entre os sexos (Vol. XXXIX), 171, pp. 365-387.

Cruz, A. (2011). *O cyberbullying no contexto português*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, Variante dos Estudos dos Media e Jornalismo. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa.

Cunha, M. (2014). Quando os perigos vêm à rede. Acedido em 12 de abril de 2015 disponível em <http://www.leiriaeconomica.com/item8799.htm>

Estatuto do Aluno e Ética Escolar – Lei nº 51/2012 de 5 de setembro (Diário da República, 1ª série – Nº 172 – 5 de Setembro de 2012).

Faria, A., Fuertes, M. E Santos, P. (2014). Pais e mães protegem acarinham e brincam de formas diferentes. Análise Psicológica (Vol. 32), 4. Lisboa.

Ferreira, M. (2013). Os jovens, a escola e o cyberbullying. Mestrado em Intervenção Social Escolar – Especialização em Crianças e Jovens em Risco. Instituto Politécnico de Castelo Branco Escola Superior de Educação.

Francisco, V. e Libório, C. (2009). Um estudo sobre bullying entre escolares do ensino fundamental. Psicologia: Reflexão e Crítica, 22 (2), pp. 200-207. [Links]

Gaspar, A. (2014). Jornal de Notícias, 04 de setembro de 2014 acedido em 10 de agosto de 2015 disponível em http://www.jn.pt/PaginaInicial/Tecnologia/Interior.aspx?content_id=4114579

Hinduja, S. e Patchin, W. (2004). Cyberbullying: an exploratory analysis of factors related to offending and victimization, *Deviant Behavior* (V. 29), 2, pp. 129-156.

Lei Tutelar Educativa – Lei nº 166/1999 de 14 de setembro (Diário da República I série –A. Nº215-14-9-1999) Jovens Vítimas de Cyberbullying.

Livingstone, S; Haddon, L. e Ólafsson, K. (2013). Children's Use of Online Technologies in Europe. A review of the European evidence base. The London School of Economics and Political Science.

Marques, A. (2011). *As Práticas Educativas Parentais e as Birras das Crianças*. Dissertação Apresentada ao ISMT para Obtenção do Grau de Mestre em Psicologia. Coimbra.

Novais, C. (2010). Bullying na escola: a perceção e acção dos professores. Caderno de Educação.

Novo, C. (2009). *Bullying e as tecnologias da informação: do uso ao abuso*. Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém.

Olweus, D. (1978). *Aggression in the schools: Bullies and whipping boys*. Washington, DC: Hemisphere. [Links]

Organização Mundial de Saúde. (2002). Relatório mundial sobre violência e saúde. Genebra, Suíça: Autor. Recuperado em <http://www.opas.org.br/cedoc/hpp/ml03/0329.pdf> [Links]

Pereira, S. (2011). Congresso Nacional "Literacia, Media e Cidadania". Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Braga.

Santos, R. (2014). Jornal Público acedido em 24 de outubro de 2015 disponível em <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/quase-28-das-criancas-ate-aos-12-anos-acedem-a-internet-com-smartphones-1674079>

Silva, J. e Mascarenhas, S. (2010). *Gestão do bullying e cyberbullying na universidade - Desafios para a orientação educativa e convivência social e ética no ensino superior - Estudo com estudantes da UFAM/Brasil*. Revista Amazônica, 5(2), pp.46-55. [Links]

Steffgen, G., König, A., Pfetsch, J. & Melzer, A. (no prelo). The role of empathy for adolescents' cyberbullying behaviour. *Kwartalnik Pedagogiczny*.

- Slonje, R., e Smith, K. (2008). Cyberbullying: Another main type of bullying? Scandinavian Journal of Psychology, 49, 147-154. [Links]
- Smith et al (2008) acessado em 21 de outubro em <http://www.cybertraining-project.org/>
- Ventura, P. (2011). *Incidência e impacto do cyberbullying nos alunos do terceiro ciclo do ensino básico público português*. Tese de Doutoramento. Universidade de Granada.
- Ybarra, M. (2004). Linkages between depressive symptomatology and Internet harassment among young regular Internet users. Cyberpsychology & Behavior, v. 7, n. 2, pp. 247–57.
- Ybarra, M; Diener-West, Marie; LEAF, Philip. J. Examining the overlap in internet harassment and school bullying: implications for school intervention. Journal of Adolescent Health, v. 41, p. 42-50, dez. 2007.
- Wilard, N. (2007). The Authority and Responsibility of School Officials in Responding Cyberbullying. Journal of Adolescent Health, 41, S64–S65.

ANEXO I

UNIVERSIDADE DE AVEIRO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE

CONSENTIMENTO INFORMADO I

A estudante de Mestrado em Psicologia Forense, da Universidade de Aveiro, JULIANA DA SILVA MELO pretende efectuar um estudo sobre o conhecimento dos pais acerca do cyberbullying (ameaças, difamações, intimidações, usurpação de imagem e identidade e outros, através da Internet). O estudo é supervisionado pelo Professor Doutor Carlos Fernandes da Silva, professor catedrático de Psicologia Forense da Universidade de Aveiro.

Para o efeito, necessita que pais e mães de crianças e adolescentes (idades entre os 6 e os 16 anos) respondam a um conjunto de questões, quer através de questionário em papel, quer através de um Link na Internet (questionário online, idêntico ao do formato papel).

As questões não têm carácter ofensivo.

Os investigadores garantem total confidencialidade dos dados pessoais e usarão as respostas ao questionário no formato numérico (por codificação) e de modo agregado. Os resultados do estudo integrarão uma Dissertação de Mestrado com o título “estudo sobre o conhecimento dos pais acerca do Cyberbullying”.

Para os devidos efeitos, declaro que li atentamente este formulário de Consentimento Informado, que me foi descrito todo o procedimento, o questionário e os fins a que se destina, que me foram satisfeitas todas as dúvidas e que me foi garantida a absoluta confidencialidade.

Tendo aceitado participar no estudo, assino o presente Consentimento Informado, identificando-me apenas para este efeito, e seleccionando o modo como pretendo responder:

Nome (completo e legível): _____

Idade: _____; **Sexo** _____.

☐ Respondo em formato de papel.

☐ Respondo em formato online, pelo que a investigadora me fornecerá o Link.

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

**UNIVERSIDADE DE AVEIRO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE**

CONSENTIMENTO INFORMADO II

A estudante de Mestrado em Psicologia Forense, da Universidade de Aveiro, JULIANA DA SILVA MELO pretende efectuar um estudo sobre o conhecimento dos pais acerca do cyberbullying (ameaças, difamações, intimidações, usurpação de imagem e identidade e outros, através da Internet). O estudo é supervisionado pelo Professor Doutor Carlos Fernandes da Silva, professor catedrático de Psicologia Forense da Universidade de Aveiro.

Para o efeito, necessita que pais e mães de crianças e adolescentes (idades entre os 6 e os 16 anos) respondam a um conjunto de questões, através de um questionário em papel que segue em anexo a este Consentimento Informado e em envelope fechado sem identificação de destinatário. Só deverá ser devolvido ao investigador no caso de concordar em participar no estudo, podendo satisfazer dúvidas e ter conhecimento do estudo, objectivos e riscos através do email julianaml81@gmail.com ou telefone “962811197.

As questões não têm carácter ofensivo.

Os investigadores garantem total confidencialidade dos dados pessoais e usarão as respostas ao questionário no formato numérico (por codificação) e de modo agregado. Os resultados do estudo integrarão uma Dissertação de Mestrado com o título “estudo sobre o conhecimento dos pais acerca do Cyberbullying”.

Para os devidos efeitos, declaro que li atentamente este formulário de Consentimento Informado, bem como o Questionário, que obtive informação acerca do procedimento, dos fins a que se destina, e que me foram satisfeitas todas as dúvidas e me foi garantida a absoluta confidencialidade.

Tendo aceitado participar no estudo, assino o presente Consentimento Informado, identificando-me apenas para este efeito:

Nome (completo e legível): _____

Idade: _____; **Sexo** _____.

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

ANEXO II

Questionário – Cyberbullying

Introdução

Este questionário insere-se no âmbito da Dissertação de Mestrado em Psicologia Forense da Universidade de Aveiro, intitulada “Estudo sobre o conhecimento dos pais acerca do Cyberbullying”. Esta investigação procura conhecer a realidade a nível Concelhio, mais precisamente conhecimento de alguns pais de alunos, entre os 6 e os 16 anos, pertencentes a algumas escolas do Concelho de Aveiro, sobre o fenómeno de Cyberbullying. Para facilitar o preenchimento do questionário por favor tenha em atenção a seguinte definição de Cyberbullying.

“O Cyberbullying constitui-se como uma nova expressão do bullying, enquanto agressão, ameaça e provocação de desconforto, premeditadas e repetidas, realizadas com recurso a dispositivos tecnológicos de comunicação, tais como o e-mail, o chat, o blogue, o telemóvel etc., contra uma vítima de estatuto semelhante mas que tem dificuldade em defender-se” (Amado, 2009).

Preencha por favor com os seus dados:

1. Género:

Masculino ☐

Feminino ☐

2. Habilitações literárias:

1º Ciclo (1º ao 4º ano) ☐

2º Ciclo (5º ao 6º ano) ☐

3º Ciclo (7º ao 9º ano) ☐

Ensino Secundário (10º ao 12º ano) ☐

Ensino Superior (licenciatura, mestrado, doutoramento, etc) ☐

3. Idade:

<20 anos ☐

20-25 anos ☐

26-30 anos ☐

31-35 anos ☐

36-40 anos ☐

40-45 anos ☐

45-50 anos ☐

>50 anos ☐

4. Estado civil:

Solteiro ☐

Casado/União de facto ☐

Divorciado ☐

Viúvo ☐

5. N.º de filhos:

Se tiver mais do que um filho(a) no intervalo etário dos 6 aos 16 anos, pede-se que escolha aleatoriamente um deles. Pode fazê-lo através de um sorteio com papéis, atribuindo um número a cada um, e o papel que retirar representará o filho(a) sobre o qual incidirão as suas respostas.

Por favor, a partir desta questão preencha com os dados do seu Educando (filho/filha):

6. Escola do Educando(a): _____

7. Género do educando(a):

Masculino ☐

Feminino ☐

8. Idade do educando(a):

6-10 anos ☐

10-12 anos ☐

12-16 anos ☐

9. Ano de escolaridade do Educando(a):

1º Ciclo (1º ao 4º ano) ☐

2º Ciclo (5º ao 6º ano) ☐

3º Ciclo (7º ao 9º ano) ☐

Ensino Secundário (10º ano) ☐

Outro. Qual? _____

10. O seu educando(a) é utilizador de internet?

a. Sim ☐

b. Não ☐

Se respondeu “NÃO” termina aqui o seu questionário.

10.1. Se respondeu “SIM”, indique qual o dispositivo tecnológico que mais utiliza:

c. Computador/portátil ☐

d. Smartphones ☐

e. Tablet ☐

f. Outros ☐

Se assinalou outros, indique quais: _____

11. Quanto tempo (em média) o seu educando(a) passa por dia na internet?

g. 0 a 1 hora ☐

h. 1 a 2 horas ☐

i. 2 a 4 horas ☐

j. > 4 horas ☐

12. Define horários com o seu educando(a) para a utilização do computador?

k. Sim ☐

l. Não ☐

12.1 Se “SIM” qual a delimitação de horário?

R: _____

13. Sabe a que conteúdos o seu educando(a) acede quando está na internet?

m. Sim ☐

n. Não ☐

Se respondeu “NÃO”, passe à questão nº 15.

14. Se respondeu “SIM”, dos seguintes conteúdos, assinale aquele(s) que considera que o seu educando(a) acede com mais frequência:

o. Blogs ☐

p. Chats ☐

q. Email ☐

r. Redes sociais (facebook, twitter, instagram, etc.) ☐

s. Outro(s). Quais? _____

15. Acha que a internet pode acarretar riscos?

t. Sim ☐

u. Não ☐

16. Já ouviu falar do fenómeno do bullying através da internet (cyberbullying)?

v. Sim ☐

w. Não ☐

x. Vagamente ☐

17. Já alguma vez falou com o seu educando(a) sobre o cyberbullying?

y. Sim ☐

z. Não ☐

18. Tem conhecimento de na escola do seu filho(a) já ter sido abordado este tema?

a. Sim ☐

b. Não ☐

Se respondeu “NÃO”, passe à questão nº 20.

19. Se respondeu "SIM", quem na escola falou sobre o Cyberbullying?

a. Alunos ☐

b. Professor/a ☐

c. Actividade de sensibilização ☐

d. Escola Segura ☐

e. Associação de Pais ☐

f. Psicólogo ☐

g. Outro ☐

20. O seu filho(a) tem conhecimento sobre o fenómeno do Cyberbullying e dos riscos associados a este fenómeno?

a. Sim ☐

b. Não ☐

21. Tem conhecimento de algum caso de Cyberbullying?

a. Sim ☐

b. Não ☐

22. Se respondeu “SIM”, indique qual:

a. Filho(a) ☐

b. Outros familiares ☐

c. Amigos ☐

d. Conhecidos ☐

23. Considera que os agentes educativos podem ajudar na prevenção e intervenção deste fenómeno?

a. Sim ☐

b. Não ☐

23.1 Se respondeu “SIM”, indique qual o agente educativo que deve estar mais envolvido:

a. Professores ☐

b. Pais ☐

- c. Comunidade ☐
- d. Funcionários da Escola ☐
- e. Outro(s). Quais? _____

24. Considera que a prevenção é possível?

- a. Sim ☐
- b. Não ☐

25. Algumas sugestões para a prevenção, na sua perspetiva podem ser:

- a. Formações em novas tecnologias da Informação e Comunicação ☐
- b. Sensibilização da classe docente ☐
- c. Atividades dinamizadas nas aulas ☐
- d. Ações de formação destinadas aos encarregados de educação ☐
- e. Outros. Quais? _____

Por favor, verifique se respondeu a todas as questões.

Muito obrigada pela colaboração.

Solicita-se, se possível, o seu contributo na angariação de novos encarregados de educação para o preenchimento do questionário, a fim de reunir o maior número de informação possível.